

JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

M. F. DO NASCIMENTO BRITO — Diretor Presidente

BERNARD DA COSTA CAMPOS — Diretor

J. A. DO NASCIMENTO BRITO — Diretor Executivo

MAURO GUIMARÃES — Diretor

FERNANDO PEDREIRA — Redator Chefe

MARCOS SÁ CORREA — Editor

FLÁVIO PINHEIRO — Editor Assistente

ANC 88

Pasta 08 a 15

Abril/87

077

Velho Refrão

BRASÍLIA sopra, neste momento, apenas desânimo generalizado sobre a nação. O Governo não se mostra mais capaz de gerar iniciativas, e mal administra a rotina de sobrevivência burocrática. A parte pensante da nação se preocupa com essa inatividade contagiante. Já nem mais se procura simular trabalho em Brasília.

A sombra da inflação, as atividades econômicas procuram abanar-se contra as sufocantes taxas de juros. Ao raiar da recessão, que já se mostra em todas as avaliações, as empresas paralisam qualquer iniciativa nova e refazem os seus cálculos para um ano que, ao final do terceiro mês, não conseguiu inverter as piores previsões. Falta a iniciativa oficial até mesmo para rever o Orçamento da República, montado durante a euforia do cruzado, a partir da previsão de uma inflação zero que não passou da teoria à prática.

O Governo Sarney está refletindo em perplexidade este momento pelo qual ninguém esperou. Temia-se a ocorrência sombria, mas esconjurava-se apenas com retórica a hipótese que se materializa.

Não é somente no plano das atividades econômicas que pulsa o pessimismo, conjurado em palavras mas sem correspondência nas iniciativas oficiais. A política começa a recolher o efeito devastador da perda de confiança inaugurada pelo insucesso da atuação sem programa intentada pelo Ministro da Fazenda. Interna ou externamente, o Ministro Dilson Funaro pervaga como um fantasma e divaga como um ente sonâmbulo num auditório vazio. As palavras não fazem sentido, não exprimem uma vontade e não convencem uma sociedade que interpreta tudo pelo avesso.

O Ministro da Fazenda, em vez de expor ao Congresso o programa para as negociações com os credores internacionais do Brasil, anunciou à bancada do PMDB idéias excessivamente genéricas e de efeito restritamente político, para dentro do país. O Ministro Funaro disse ao PMDB o que os seus deputados e senadores queriam ouvir como forma de se enganarem com a realidade que espreita todos nós. Passado o efeito anestesiante das palavras, nada se materializou nos dias subsequentes. O Ministro embarcou para o exterior, e o que diz lá fora é que tem um plano econômico mas não o negocia com credores do Brasil. Ou seja: não mostra o que não tem. Já se sabe que não há plano para uso doméstico.

As idéias — se é que se pode considerar idéias àquela inconsistência de um raciocínio para utilização retórica — são as mesmas que o presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, e seus comandados sempre expuseram com a facilidade de quem está dispensado da responsabilidade de comprová-las. Isso funcionou quando o PMDB era oposição e estava ainda longe de supor que o poder lhe cairia nas mãos. Mas caiu, e o PMDB não consegue materializar em atos de governo o que antes lhe parecia perfeito. A incoerência é total e absoluta. Depois de dois anos, o Governo do PMDB ainda acredita que basta repetir: FMI nunca mais; recessão nunca mais; inflação nunca mais. A inflação já está aí, em níveis que retomam o patamar do qual tinha sido derrubada por decreto-lei. A recessão emite os sinais prévios que deveriam servir de aviso, mas são ignorados pelos burocratas e políticos que preferem se enganar e viver na ilusão, que é a atmosfera dominante em Brasília. Só em relação ao FMI o governo continua a insistir com aquele *nunca mais* — que o corvo de Edgar Allan Poe celebrizou sombriamente.

A consequência prática, no plano administrativo mais elementar, é que nada se resolve além das providências de requisição de material burocrático de escritório. Decisões, não mais. Iniciativa de novos estudos, não mais. Brasília empacou: nem vai para a frente, nem reconhece que está indo para trás.

O Presidente Sarney procura dramaticamente suprir a lacuna do governo com um esforço pessoal extra, fazendo presença, mas em breve capitulará. A ação de governo, num regime democrático, não se sustenta sobre uma única pessoa, por mais presidencialista que seja o regime. O ministério está paralisado por uma expectativa indefinida de reforma, que saiu das urnas e ficou suspensa na atmosfera com um efeito poluidor da credibilidade. Os ministros se sentem constrangidos em ter iniciativas que possam não corresponder ao que os eleitores esperavam ver materializado a partir de sua vontade política. Eleições sempre têm consequências políticas.

O Congresso também não diz a que veio. No entanto, foi eleito como Congresso, para funcionar

simultaneamente com a missão constituinte que recebeu. A Constituinte se ocupa de tudo ou de nada, porque perdeu tempo irrecuperável com a discussão de um regimento de trabalho, e depois com as comissões que, ao ficarem organizadas, já consumiram dois meses e dez dias do seu prazo. Vale lembrar que a idéia inicial era promulgar a nova Constituição no dia 7 de setembro. A incapacidade de vencer a inércia impede a Constituinte de começar a trabalhar e já procura se cobrir: fala-se em 15 de novembro para apresentar a República com uma nova constituição, mais uma, e outra vez mais dos nossos sonhos do que das nossas possibilidades de cumpri-la.

A esta altura, porém, o lado mais racional de uma sociedade profundamente emocional se vê constrangido a admitir, com toda a franqueza, que é uma temeridade supor possível elaborar a nova constituição brasileira ainda este ano. Passando o horizonte de 87, no entanto, outras dúvidas aparecem depois das que já se erguem no horizonte.

Não se pode esperar uma produtividade acelerada desse método que, pela mania de inovar e pelo hábito de desconfiar, foi estabelecido: duas dúzias de subcomissões vão deflagrar a iniciativa de montar, em compartimentos estanques, as expectativas sociais e políticas que fizeram a fortuna eleitoral do PMDB, e com que sonham outras tendências nas urnas futuras. Essas subcomissões são, portanto, as portas de acesso da sociedade, no auge do seu impulso participante, nos trabalhos que estão para começar.

Se todos os grupos, minorias e majorias, se movimentarem ao mesmo tempo, para inserir na futura Constituição aquilo que tem sido reiteradamente exacerbado como direito e conquista social, as subcomissões não conseguirão digerir todas as aspirações e traduzi-las em normas que, por sua vez, irão ser de novo discutidas e votadas nas comissões. Trata-se de trabalho que demandará, na triagem, mais tempo do que o disponível para se dotar o país de uma Constituição com a urgência das necessidades políticas, econômicas e sociais. A demora acrescenta riscos indesejáveis e imprevisíveis.

Não há dúvida de que as atenções gerais, ao se fixarem sobre o trabalho constituinte na pequena escala das subcomissões, vão ter um efeito paralisante e inibidor sobre as decisões que o Executivo teria que tomar para recuperar um pouco do enorme atraso. A Constituinte conseguiu assumir um contorno utópico para os brasileiros e reunir as melhores esperanças democráticas. Foi para merecer o melhor que o brasileiro escolheu seus candidatos, mas tão logo a Constituinte se instalou o eleitor percebeu que se enganara. A Constituinte vem se desacreditando, e mesmo se desmoralizando: afinal, os representantes da vontade nacional querem dar a entender que vão fazer o melhor, mas não abrem mão do que de pior se incorporou à prática representativa da vida política. Nem mesmo, com toda a soberania que detêm, os constituintes se lembraram de que os brasileiros pagam impostos de renda e que eles, como os juizes e os militares, se beneficiam de uma isenção que nada tem de democrática nem de legal. Foi tudo criação dos decretos secretos criados pelo autoritarismo. Não poderiam, como prova de consideração pela cidadania, abolir esse privilégio?

Ao esvaziamento crescente da confiança na Constituinte, acrescenta-se negativamente a desilusão com a abulia que Brasília difunde nacionalmente. O Executivo apresenta-se inerte. O ministério vive a sua agonia sem qualquer previsão de prazo para o desenlace. Portanto, é por aí — e somente por aí — que deverá ser dada a partida: um novo ministério, ou pelo menos novos ministros. Revigorados pelas presenças que levem ao poder uma nova confiança por parte de quem a perdeu com o malogro do combate à inflação — os novos ministros exprimirão um novo Governo sob o mesmo Presidente. Então será possível uma nova ação administrativa e propostas que renovem a esperança.

A sociedade não tem os meios de substituir, democraticamente, a iniciativa do Governo. Pode, no máximo, como vem tentando, fazer o Presidente Sarney sentir que é uma questão de iniciativa exclusiva — e intransferível. Só ele pode dar a partida, e desde que utilize novos trunfos e novos atores, porque os que levaram ao fracasso essa peça não têm mais público.

Começa a contagem regressiva para as grandes decisões.